



Vila Real Energia S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262IH-003-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Vila Real Energia S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vila Real Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vila Real Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Vila Real Energia S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14	42	5.137	9.367
Contas a receber	5	-	-	2.885	3.687
Impostos a recuperar	6	143	142	146	161
Partes relacionadas	18	60	-	1.324	95
Adiantamentos concedidos	7	-	-	24	2.774
Outros ativos	8	-	-	68	510
Total do ativo circulante		217	184	9.584	16.594
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	18	-	30	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	398	82
Investimentos	9	110.962	109.466	-	-
Imobilizado	10	-	-	120.232	117.128
Intangível	11	-	-	3.236	3.598
Total do ativo não circulante		110.962	109.496	123.866	120.808
Total do ativo		111.179	109.680	133.450	137.402

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vila Real Energia S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	12	15	13	1.425	4.977
Obrigações sociais	14	-	-	418	379
Obrigações tributárias	13	-	-	1.465	1.399
Partes relacionadas	18	-	-	-	312
Total do passivo circulante		15	13	3.298	7.067
Passivo não circulante					
Provisões para riscos	15	-	-	314	137
Partes relacionadas	18	-	-	-	17
Tributos diferidos	16	-	-	18.674	20.514
Total do passivo não circulante		-	-	18.988	20.668
Patrimônio líquido					
Capital social	17.1	9.531	9.531	9.531	9.531
Reserva legal	17.2	1.906	1.906	1.906	1.906
Reservas de lucros	17.3	99.727	98.230	99.727	98.230
Total do patrimônio líquido		111.164	109.667	111.164	109.667
Total do passivo e patrimônio líquido		111.179	109.680	133.450	137.402

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vila Real Energia S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	20	-	-	39.914	37.829
Custos da energia gerada	21	-	-	(17.157)	(20.985)
Lucro bruto		-	-	22.757	16.844
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	22	(15)	(136)	(6.531)	(7.325)
Outras receitas e despesas	23	-	-	(3)	6.149
Amortização mais valia	9	(4.879)	(5.286)	(4.879)	(5.286)
Resultado equivalência patrimonial	9	15.716	14.486	-	-
Despesas tributárias	-	(2)	-	(73)	(219)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		10.820	9.064	11.271	10.163
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	4	5	1.296	1.442
Despesas financeiras	24	-	(1)	(25)	(11)
Resultado financeiro líquido		4	4	1.271	1.431
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.824	9.068	12.542	11.594
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	25	-	3	(1.873)	(2.583)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	25	1.659	1.797	1.814	1.857
Lucro líquido do exercício		12.483	10.868	12.483	10.868
Lucro básico e diluído por ação - R\$		1,31	1,14	1,31	1,14

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vila Real Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	12.483	10.868	12.483	10.868
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	12.483	10.868	12.483	10.868

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vila Real Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

[Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucro líquido do exercício	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		9.531	1.906	107.362	-	118.799
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.868	10.868
Distribuição de dividendos	17.3	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	10.868	(10.868)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		9.531	1.906	98.230	-	109.667
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.483	12.483
Distribuição de dividendos	17.3	-	-	(10.986)	-	(10.986)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	12.483	(12.483)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		9.531	1.906	99.727	-	111.164

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Vila Real Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.824	9.068	12.542	11.594
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação	10	-	-	9.145	9.477
Amortização	11	-	-	362	364
Resultado na venda de imobilizado	10	-	-	-	(6.153)
Resultado equivalência patrimonial	9	(15.716)	(14.486)	-	-
Amortização mais valia	9	4.879	5.286	-	-
Baixa de ativo imobilizado	10	-	105	-	105
Provisão para riscos	15	-	-	177	69
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber	5	-	-	802	638
Adiantamentos concedidos	7	-	-	2.750	(2.399)
Impostos a recuperar	6	(1)	(3)	15	(17)
Depósitos judiciais	-	-	-	(316)	(53)
Outros ativos	8	-	13	442	1
Dividendos recebidos	9	11.000	20.000	-	-
Partes relacionadas	18	-	-	(1.229)	-
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores	12	2	13	(3.552)	3.934
Obrigações tributárias	13	-	-	30	696
Obrigações sociais	14	-	-	39	32
Partes relacionadas	18	-	-	(329)	234
Impostos pagos	25	-	3	(1.873)	(2.583)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		10.988	19.999	19.005	15.939
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Acrécimo do imobilizado	10	-	-	(12.249)	(12.035)
Venda de imobilizado	10	-	-	-	10.311
Partes relacionadas	18	(30)	(30)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(30)	(30)	(12.249)	(1.724)
Das atividades de financiamento					
Distribuição de dividendos	17.3	(10.986)	(20.000)	(10.986)	(20.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(10.986)	(20.000)	(10.986)	(20.000)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(28)	(31)	(4.230)	(5.785)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	42	73	9.367	15.152
No final do exercício	4	14	42	5.137	9.367
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(28)	(31)	(4.230)	(5.785)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vila Real Energia S.A. (“Companhia”, e em conjunto com sua controlada “Grupo”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de abril de 2014, com sede no município de Belo Horizonte – MG. Tem como objeto social **(i)** a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica; **(ii)** a elaboração e execução de projetos de produção independente de energia; **(iii)** a participação em outras Empresas como quotista ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; **(iv)** a prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; **(v)** estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

Mediante a reestruturação societária realizada na controlada Maynard, a Companhia, passou a ser controladora dos ativos de geração de energia das usinas de Maynard – PCH Fumaça de 10MW e PCH Furquim 6MW que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 09 anos da autorização vigente. As CGH Caboclo 4,42MW, CGH Funil 4,23MW, CGH Prazeres 3,76MW e CGH Salto 4,51MW possuem registro junto a ANEEL com direito vitalício a exploração.

A Maynard Energética Ltda. (“Maynard”, ou “Empresa”), com sede no município de Ouro Preto – MG, tem como objeto social a geração, transmissão, distribuição e comércio atacadista de energia elétrica, ou energia de qualquer outra fonte; participação em outras Empresas como sócia ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

A Maynard comercializa energia elétrica predominantemente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica celebrados com consumidores livres, comercializadores e demais agentes do setor elétrico. Adicionalmente, a Empresa possui empreendimento enquadrado na modalidade Geração Distribuída (GD), destinado à compensação de energia elétrica conforme a regulamentação aplicável.

A Companhia possui sete usinas hidrelétricas em operação, sendo duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e cinco Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH).

As PCH Fumaça, com potência instalada de 10 MW, e PCH Furquim, com potência instalada de 6 MW, operam sob o regime de autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de 30 (trinta) anos, passível de renovação ao final do período.

As CGH Caboclo (4,42 MW), CGH Funil (4,23 MW), CGH Prazeres (3,76 MW) e CGH Salto (4,51 MW) operam sob o regime de registro junto à ANEEL, o qual confere direito vitalício à exploração da geração de energia elétrica, não estando sujeitas a prazo de concessão ou autorização, nos termos da regulamentação setorial vigente.

A CGH BRC, com potência instalada de 1,5 MW, difere das demais CGHs do portfólio, pois está enquadrada na modalidade de Geração Distribuída (GD), sendo a energia gerada destinada à compensação de energia elétrica junto a unidades consumidoras, conforme a legislação aplicável ao sistema de compensação de energia elétrica.

Em relação aos prazos regulatórios, as PCH Fumaça e Furquim possuem aproximadamente 9 (nove) anos remanescentes de vigência das autorizações atuais, enquanto as CGHs operam sob regime de registro com direito vitalício de exploração, condicionado ao cumprimento das normas regulatórias e ambientais aplicáveis.

Entrada em Operação – CGH BRC (Fonte Hídrica | Geração Distribuída)

Em agosto de 2025, a CGH BRC, empreendimento de geração de energia elétrica de fonte hídrica, classificado como Geração Distribuída (GD) e com potência instalada de 1,5 MW, entrou em operação após a conclusão das etapas de implantação, comissionamento, testes e validações técnicas necessárias à sua plena funcionalidade e conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Desde a sua entrada em operação, o empreendimento encontra-se disponível para uso e destinado à locação para terceiros, tendo sido iniciada a exploração econômica por meio de contratos de locação a partir de dezembro de 2025, mantendo-se classificado no ativo imobilizado em operação. A partir da data em que se tornou disponível para uso, o ativo passou a ser submetido aos critérios de mensuração subsequente e depreciação, conforme as práticas contábeis adotadas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada, por reunião da diretoria, em 25 de fevereiro de 2026.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Principais políticas contábeis materiais

a) Base de consolidação

Demonstrações contábeis consolidadas

A Companhia inclui, em suas demonstrações consolidadas, todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações contábeis da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- i)** O valor da contraprestação transferida, mais;
- ii)** O montante reconhecido de qualquer participação não-Controladora na adquirida, mais;
- iii)** Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos;
- iv)** O montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

c) Aquisição de participação de acionistas não controladores

É registrado como transações entre acionistas. Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da investida.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido do Grupo.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de energia ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, analisa-se a necessidade de registro das Perdas Estimativa com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

f) Imobilizado

Os ativos imobilizados são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição, o qual inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pelo Grupo para a constituição de um novo ativo, incluindo, quando aplicável, os custos com os empréstimos e financiamentos utilizados para financiar a sua construção. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O Grupo utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para os demais itens, o Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Abaixo as taxas de depreciação por grupo adotadas pela controlada:

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	4,81%
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,78%
Estruturas civis	4,95%
Máquinas e equipamentos	5,79%
Equipamentos de informática	8,95%
Equipamentos geradores de energia	3,20%
Ferramentas	18,39%
Móveis e utensílios	8,00%
Veículos	5,83%

- **Mais valia em ativos imobilizados**

A realização da mais-valia ocorre de forma proporcional à realização econômica dos ativos que lhe deram origem, sendo reconhecida no resultado por meio da depreciação, amortização ou baixa desses ativos subjacentes. Dessa forma, à medida que os bens do ativo imobilizado e/ou intangível são depreciados ou amortizados, a parcela correspondente da mais-valia é igualmente realizada no resultado.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração do Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

h) Intangível

Custo do intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Repactuação do risco hidrológico

A Administração do Grupo aprovou a adesão das PCHs Furquim e Fumaça (Maynard) e Congonhal I e Paes Leme (GESM) detentoras de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Como consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso das PCHs Furquim e Fumaça, o prazo de extensão foi de 598 e 571 dias respectivamente. A Maynard reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 14.286, em 10 de outubro de 2023, no valor total de R\$ 4.015. No caso das PCHs Congonhal I e Paes Leme, o prazo de extensão foi de 795 e 736 dias respectivamente. A GESM reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 16.467, em 16 de setembro de 2025, no valor total de R\$ 2.436.

i) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j) Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros do Grupo incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa, as contas a receber, os recebíveis de partes relacionadas e os depósitos judiciais, todos reconhecidos considerando o custo amortizado.

k) Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; e **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores.) **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

n) Imposto de renda e contribuição social

A Controladora Vila Real Energia S.A. é optante pela apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro real, e sua controlada Maynart Energética Ltda. é optante da apuração pelo regime do lucro presumido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando aplicável sua relação com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, quando serão reconhecidos em outros resultados abrangentes.

o) Tributos correntes

O cálculo dos tributos sobre a renda está baseado no lucro real tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto sobre a renda é calculado com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício da seguinte forma:

- **Imposto de renda da Pessoa Jurídica:** à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240; e
- **Contribuição social sobre o lucro líquido:** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social – correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

p) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

q) Provisões para riscos

Uma provisão é reconhecida quando a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

r) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

1. identificação do contrato com o cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho no contrato;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação; e por fim,
5. reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

As receitas do Grupo se dividem em:

(i) Geração de energia: As receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

(ii) Operação remota de usinas: Prestação de serviço pela BEI referente a operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica.

(iii) Receitas financeiras: As receitas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetivos.

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo a introdução de subtotais padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Alterações à IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

3.2. Principais julgamentos, critérios e estimativas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.4, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo ativos, passivos, receitas e despesas.

Esses julgamentos e estimativas são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que são razoáveis de acordo com as circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e, quando aplicável, nos períodos futuros afetados.

As principais áreas que envolvem julgamentos significativos e estimativas críticas adotadas pela Administração, e que apresentam impacto relevante sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

a) Vida útil dos bens do imobilizado

As vidas úteis econômicas dos bens do imobilizado, notadamente máquinas, equipamentos e instalações vinculadas às usinas de geração, são definidas com base em laudos técnicos, histórico de utilização e práticas do setor de energia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.

Alterações relevantes nessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Estimativas relacionadas à receita e à energia não faturada

O reconhecimento da receita de geração de energia, incluindo a parcela de energia gerada e ainda não faturada na data-base, envolve estimativas relacionadas ao volume de energia entregue, preços contratuais e critérios de medição, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 5 e nº 20.

A Administração entende que não há histórico de perdas relevantes associadas aos valores registrados como receita não faturada.

c) Tributos diferidos

Reconhecimento de passivos fiscais diferidos: aplicação dos conceitos de diferenças temporárias no regime de lucro presumido, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16.

d) Provisão para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos quando, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e da Administração, há uma obrigação presente resultante de evento passado, cuja liquidação seja considerada provável e cujo valor possa ser estimado com razoável segurança, conforme CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

A determinação do valor provisionado envolve julgamento significativo, considerando a natureza dos processos, o estágio processual, a jurisprudência aplicável, a experiência histórica e a probabilidade de perda atribuída a cada demanda. Os valores provisionados podem diferir dos montantes efetivamente desembolsados quando do desfecho das ações, em razão de mudanças nas circunstâncias, novas interpretações legais ou decisões judiciais.

e) Estimativa para Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A Companhia avalia periodicamente seus ativos financeiros classificados como contas a receber com base no modelo de perda esperada, conforme CPC 48/IFRS 9. A estimativa é calculada considerando a experiência histórica de inadimplência, características de risco dos clientes, vencimento dos títulos e informações prospectivas relevantes. As perdas estimadas são reconhecidas em resultado quando identificadas, e revisadas a cada data de balanço para refletir possíveis mudanças no risco de crédito.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	12	1	25	22
Aplicações financeiras (i)	2	41	5.112	9.345
Total	14	42	5.137	9.367

(i) Em 2025 as aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário (CDB) – DI, com risco insignificante de perda de valor, são remuneradas a taxas de mercado de 96,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,5% do CDI em 2024).

5. Contas a receber

O saldo de contas a receber está representando por energia comercializada em dezembro de 2025, cujos recebimentos ocorreram integralmente em janeiro de 2026.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes - Receita não faturada (i)	2.885	3.687
Total	2.885	3.687

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Ainda que se trate de receita não faturada, a Administração entende que não há histórico de perdas nem expectativa de inadimplência associada a esses valores. Dessa forma, não foi reconhecida Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

6. Impostos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a compensar	142	141	142	141
CSLL a compensar	1	1	1	1
ICMS a recuperar	-	-	3	3
Outros impostos a recuperar	-	-	-	16
Total	143	142	146	161

7. Adiantamentos concedidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	24	2.770
Adiantamentos para viagens	-	4
Total	24	2.774

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, observou-se uma redução significativa no saldo de adiantamentos a fornecedores, em comparação ao exercício anterior, em razão da conclusão das obras da usina de BRC.

Com a finalização das etapas contratuais e consequente liquidação dos adiantamentos realizados, os valores foram devidamente registrados no ativo imobilizado, conforme a natureza dos bens e serviços efetivamente incorporados.

8. Outros ativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar	68	510
Total	68	510

Verifica-se redução na rubrica de “seguros a apropriar”, uma vez que a renovação das apólices de seguros referentes ao exercício de 2026 encontra-se em fase de negociação, não tendo sido concluída até a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Em razão desse processo, os prazos de vigência das apólices existentes foram prorrogados por apenas alguns meses, de forma a manter a Companhia devidamente coberta pelos seguros.

9. Investimentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Maynart Energética Ltda.	100.121	95.405
Mais valia – Maynart Energética Ltda.	10.841	14.061
Total	110.962	109.466

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia tem participação de 99,9999% na controlada Maynard, adquirida em 2015. A movimentação dos investimentos é apresentada a seguir:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	118.469
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	14.486
(-) Realização de mais-valia	(5.286)
(+) IRPJ e CSLL sobre mais-valia	1.797
(-) Dividendos recebidos	(20.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	109.466
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	15.716
(-) Realização de mais-valia	(4.879)
(+) IRPJ e CSLL sobre mais-valia	1.659
(-) Dividendos recebidos	(11.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	110.962

O Grupo contratou uma empresa para realizar a avaliação patrimonial dos bens móveis e imóveis da Maynard a valor justo, quando de sua aquisição em fevereiro de 2015. O resultado do Laudo apresentou o valor justo líquido dos ativos de R\$147.665.

Os registros contábeis foram refletidos no valor do investimento na Maynard em R\$78.064, a título de Mais Valia, e no resultado do exercício de 2015 em R\$103.006, a título de Compra Vantajosa (R\$68.251 líquidos dos impostos diferidos que montaram R\$35.160).

A realização da mais valia e de seus impostos diferidos está sendo reconhecida proporcionalmente à realização dos ativos bens móveis e imóveis que lhe deram origem, ou seja, na proporção da depreciação correspondente. O efeito desta realização, apresentada no resultado de equivalência da Companhia em 2025 foi de R\$3.220 (R\$3.489 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$4.879 referente à depreciação de ativos imobilizados (R\$5.286 em 31 de dezembro de 2024), liquida de tributos diferidos no montante de R\$1.659 (R\$1.797 em 31 de dezembro de 2024).

No caso da mais valia proveniente da diferença de valor em terrenos, seus respectivos valores somente serão realizados quando o ativo correspondente for baixado por alienação ou perda parcial ou integral pela Controladora, ou quando da alienação do investimento ou do reconhecimento de perdas por parte do investidor ou controlador.

a) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados da controlada estão apresentadas a seguir:

31 de dezembro de 2025							
Empresa	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP das investidas diretas
Maynard Energética Ltda.	99,9999%	104.018	3.897	100.121	15.716	100.121	15.716
Total		104.018	3.897	100.121	15.716	100.121	15.716

31 de dezembro de 2024							
Empresa	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do investimento	Resultado do MEP das investidas diretas
Maynard Energética Ltda.	99,9999%	103.037	7.632	95.405	14.486	95.405	14.486
Total		103.037	7.632	95.405	14.486	95.405	14.486

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado**10.1. Movimentação do imobilizado Consolidado**

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo				
Terrenos	32.672	-	-	32.672
Reserv., barragens e adutoras	24.806	-	177	24.983
Estruturas civis - Usinas	185	-	-	185
Equipamentos geradores de energia	29.805	-	11.482	41.287
Equipamentos de informática	277	1	34	312
Máquinas e equipamentos	50.386	216	4.156	54.758
Móveis e utensílios	30	21	-	51
Veículos	8	-	-	8
Edificações/benfeitorias	40.641	-	5.034	45.675
Ferramentas	-	2	1	3
Concessões e direitos minerários - VOC (i)	298	-	-	298
Imob. em andamento (ii)	11.148	12.009	(20.884)	2.273
Total do custo	190.256	12.249	-	202.505
Depreciação				
Reserv., barragens e adutoras	(10.357)	(1.202)	-	(11.559)
Estruturas civis - Usinas	(69)	(8)	-	(77)
Equipamentos geradores de energia	(10.217)	(1.323)	-	(11.540)
Equipamentos de informática	(176)	(28)	-	(204)
Máquinas e equipamentos	(14.378)	(3.284)	5	(17.657)
Instalações	1	(1)	-	-
Móveis e utensílios	(17)	(4)	-	(21)
Veículos	(1)	(1)	-	(2)
Edificações/benfeitorias	(37.938)	(3.294)	19	(41.213)
Ferramentas	24	-	(24)	-
Total da depreciação acumulada	(73.128)	(9.145)	-	(82.273)
Total do imobilizado líquido	117.128	3.104	-	120.232

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Custo					
Terrenos (iii)	36.830	-	(4.158)	-	32.672
Reserv., barragens e adutoras	-	-	-	24.806	24.806
Estruturas civis – Usinas	-	-	-	185	185
Equipamentos geradores de energia	5.086	-	-	24.719	29.805
Equipamentos de informática	180	2	-	95	277
Máquinas e equipamentos	73.894	-	-	(23.508)	50.386
Instalações	667	-	-	(667)	-
Equipamentos eletrônicos	84	-	-	(84)	-
Móveis e utensílios	26	-	-	4	30
Veículos	10	-	-	(2)	8
Edificações/benfeitorias	59.005	-	-	(18.364)	40.641
Ferramentas	214	-	-	(214)	-
Concessões e direitos minerários - VOC	297	-	-	1	298
Imob. em andamento	6.191	12.033	(105)	(6.971)	11.148
Total do custo	182.484	12.035	(4.263)	-	190.256
Depreciação					
Reserv., barragens e adutoras	-	(500)	-	(9.857)	(10.357)
Estruturas civis – Usinas	-	(4)	-	(65)	(69)
Equipamentos geradores de energia	(931)	(781)	-	(8.505)	(10.217)
Equipamentos de informática	(96)	(37)	-	(43)	(176)
Máquinas e equipamentos	(20.568)	(2.870)	-	9.060	(14.378)
Instalações	(11)	(38)	-	50	1
Equipamentos eletrônicos	(32)	(5)	-	37	-
Móveis e utensílios	(13)	(3)	-	(1)	(17)
Veículos	(1)	(1)	-	1	(1)
Edificações/benfeitorias	(41.970)	(5.213)	-	9.245	(37.938)
Ferramentas	(29)	(25)	-	78	24
Total da depreciação acumulada	(63.651)	(9.477)	-	-	(73.128)
Total do imobilizado líquido	118.833	2.558	(4.263)	-	117.128

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) O saldo registrado em Concessões e Direitos Minerários, classificado no Ativo Imobilizado, refere-se a direitos de exploração mineral vinculados às áreas onde a Companhia desenvolve suas atividades operacionais. Esses valores compreendem a aquisição de direitos minerários e os custos diretamente atribuíveis à sua obtenção e regularização perante os órgãos competentes. A classificação no imobilizado decorre do fato de que tais direitos estão intrinsecamente relacionados à exploração da jazida e à geração de benefícios econômicos futuros por meio da atividade produtiva da Companhia. A amortização é reconhecida de forma sistemática, considerando o prazo de vigência da concessão e/ou a vida útil econômica estimada da jazida, conforme aplicável. Os ativos são submetidos à avaliação de recuperabilidade sempre que há indícios de perda de valor, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

(ii) O saldo de imobilizado em andamento reduziu em 2025 em decorrência da ativação dos investimentos realizados na construção da usina de BRC. No exercício corrente, as obras foram concluídas e, com a entrada em operação do empreendimento, os valores anteriormente registrados nessa rubrica foram ativados e transferidos para as respectivas contas do ativo imobilizado, de acordo com a natureza dos bens e equipamentos incorporados ao projeto.

(iii) Em 2024, a Companhia concluiu a venda de 433,1377 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia - Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal - Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

A movimentação do intangível nas demonstrações contábeis consolidadas está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 31/12/2025
Softwares	60	-	60
Direito de extensão de concessão (i)	4.016	-	4.016
Total do custo	4.076	-	4.076
Softwares	(36)	(10)	(46)
Direito de extensão de concessão (i)	(442)	(352)	(794)
Total da amortização acumulada	(478)	(362)	(840)
Total do intangível líquido	3.598	(362)	3.236

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024
Softwares	60	-	60
Direito de extensão de concessão (i)	4.016	-	4.016
Total do custo	4.076	-	4.076
Softwares	(26)	(10)	(36)
Direito de extensão de concessão (i)	(88)	(354)	(442)
Total da amortização acumulada	(114)	(364)	(478)
Total do intangível líquido	3.962	(364)	3.598

(i) Repactuação do risco hidrológico: em reunião de Sócios Quotistas da controlada, realizada em 05 de outubro de 2021, as Sócias Quotistas ratificaram a adesão das PCHs Furquim e Fumaça, detentoras de autorização de geração de energia elétrica, à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 13.203/2015, conforme alterada pela Lei nº 14.052/2020 e regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência, a desistência de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, bem como a renúncia a quaisquer alegações e/ou novas ações com o mesmo objeto.

Nos termos da Lei nº 13.203/2015, na hipótese de adesão à repactuação do risco hidrológico, os geradores fazem jus à extensão do prazo de suas respectivas outorgas por até sete anos. Especificamente no caso da Empresa, as PCHs Furquim e Fumaça tornaram-se elegíveis ao acréscimo de 598 (quinhentos e noventa e oito) dias e 571 (quinhentos e setenta e um) dias, respectivamente, a partir do termo final do prazo originário da outorga de autorização, correspondente à importância de R\$ 1.308 e R\$ 2.708, respectivamente, conforme valores definidos e disponibilizados pela ANEEL.

A Administração adotou como política contábil o reconhecimento do benefício econômico futuro decorrente da extensão do prazo de outorga após decisão final da ANEEL, a qual se materializou por meio da expedição da Resolução Autorizativa nº 14.896, de 10 de outubro de 2023. Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando, por analogia, os preceitos do CPC 04 – Ativo Intangível, tendo em vista tratar-se, em essência, de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores.

Adicionalmente, considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do CPC 04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico foi reconhecido ao valor justo, com base na melhor estimativa disponível no entendimento da Administração, considerando os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, os fluxos futuros esperados no novo período de concessão, bem como os valores de compensação apurados pela CCEE. O montante foi convertido pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, conforme disposto no Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, totalizando 1.169 (mil cento e sessenta e nove) dias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Diante disso, foi reconhecido ativo intangível na rubrica “Direito de Extensão da Concessão”, em contrapartida da rubrica “Repactuação do Risco Hidrológico” no resultado do exercício, no montante de R\$ 4.016, correspondente ao valor definido e disponibilizado pela ANEEL. A amortização desse ativo intangível ocorre pelo prazo em que se espera recuperar o respectivo valor contábil.

Por fim, ressalta-se que, posteriormente, a ANEEL concedeu acréscimo adicional de prazo às outorgas, correspondente a 4 (quatro) dias para a PCH Furquim e 5 (cinco) dias para a PCH Fumaça, conforme disposto na Resolução Autorizativa nº 16.467, de 16 de setembro de 2025, devendo tal extensão ser considerada na mensuração e na amortização prospectiva do ativo intangível reconhecido.

12. Fornecedores

Os saldos dos fornecedores em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de produtos e serviços (i)	15	13	1.425	4.977
Total	15	13	1.425	4.977

(i) A redução da rubrica de fornecedores decorreu, principalmente, da finalização das obras da usina de BRC na controlada no exercício de 2025, o que resultou na diminuição das obrigações relacionadas à aquisição de bens e serviços vinculados ao projeto.

13. Obrigações tributárias

O saldo das obrigações tributárias em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a recolher	234	855
CSLL a recolher	161	381
PIS a recolher	25	19
Cofins a recolher	115	87
ICMS a recolher (i)	863	10
Tributos retidos na fonte	57	47
Total	1.455	1.399

(i) A Maynart é beneficiária do Regime Especial e-PTA nº 45.000018201-17, o qual prevê, em seu Artigo 2º, a isenção do pagamento do ICMS incidente sobre as saídas internas de energia elétrica produzidas pela Empresa.

Nos termos do §1º do Artigo 2º do referido regime, a isenção possui prazo de validade de 10 (dez) anos, contados a partir da data de entrada em operação da usina, caracterizada pela emissão da primeira nota fiscal de saída de energia elétrica, ocorrida em 30 de janeiro de 2015.

Em 30 de janeiro de 2025, encerrou o período de composição integral de isenção do ICMS, passando a vigorar a recomposição gradativa da alíquota conforme previsto no §3º do Artigo 2º do regime especial. De acordo com tal dispositivo, a recomposição inicia-se no 11º ano de operação com o percentual equivalente a 16,66% da alíquota integral. Considerando a alíquota interna vigente de 18%, o percentual aplicável a partir de fevereiro de 2025 corresponde a 3%.

Dessa forma, a Empresa reconheceu, nas demonstrações contábeis de 2025, a provisão correspondente à recomposição da alíquota do ICMS incidente sobre as receitas de energia elétrica a partir de fevereiro de 2025, incluindo o montante estimado de multa de mora e juros relativos aos valores ainda não recolhidos até a data-base das demonstrações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações sociais

Os saldos das obrigações sociais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	139	118
Provisão de férias	139	135
FGTS a recolher	17	15
INSS a recolher	55	48
Provisão para encargos sobre férias	49	48
Outras obrigações sociais	19	15
Total	418	379

15. Provisões para riscos**Perdas prováveis**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os processos considerados pela Administração como de perda provável são como segue:

Consolidado	31/12/2024	Adições	Atualizações	Reversões	31/12/2025
Trabalhistas	97	197	20	-	314
Cíveis	40	-	-	(40)	-
Total	137	197	20	(40)	314

Consolidado	31/12/2023	Adições	Atualizações	Reversões	31/12/2024
Trabalhistas	68	29	-	-	97
Cíveis	-	40	-	-	40
Total	68	69	-	-	137

Riscos judiciais possíveis

A controlada tem ações de naturezas tributária, cível, ambiental e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (i)	123	40
Tributários	-	461
Trabalhistas	167	256
Ambientais (ii)	1.337	1.318
Judicial (iii)	599	-
Criminal	8	-
Total	2.234	2.075

(i) Processos relacionados à indenização por danos materiais e morais alegados. Não há processo individualmente relevante.**(ii)** Trata-se de discussões na esfera administrativa referentes a autos de infração relacionados à regularização da Barragem Ribeirão Cachoeira (BRC). O processo não apresentou movimentações recentes, sendo que a última movimentação relevante corresponde ao protocolo do recurso administrativo, ocorrido em 2022.**(iii)** A Empresa adota entendimento formal, devidamente fundamentado em processo administrativo de natureza judicial, quanto à não incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, aplicável aos períodos a partir de 1º de setembro de 2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A TUSD não se confunde com o fornecimento de energia elétrica, constituindo-se em tarifa pela disponibilização e uso da infraestrutura do sistema de distribuição, cuja responsabilidade pelo destaque e pelo recolhimento de eventuais tributos é atribuída à distribuidora de energia elétrica. Dessa forma, a Empresa efetua o pagamento das faturas emitidas pela distribuidora exclusivamente pelos valores nelas destacados, inexistindo recolhimento de ICMS quando referido tributo não é agregado às faturas relativas à TUSD.

Ressalte-se que, em determinados períodos, a distribuidora CEMIG procedeu, de forma excepcional, ao destaque do ICMS sobre a TUSD em algumas faturas, em desconformidade com o entendimento adotado no processo administrativo mencionado. Nessas situações, a empresa adota as medidas administrativas cabíveis junto à distribuidora, visando à regularização dos valores faturados, observada a legislação tributária aplicável.

16. Tributos diferidos

Os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são:

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / Cofins	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.902	16.334	158	22.394
Edifício / benfeitorias (realização)	(4.391)	(4.391)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(395)	(1.098)	-	(1.493)
Máquinas e equip. (realização)	(895)	(895)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(81)	(224)	-	(305)
Receita financeira não resgatada	(112)	(112)		
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(10)	(28)	-	(38)
Estorno tributos provisionados ano anterior	(47)	(63)	(158)	(268)
Receita não faturada			3.687	
Alíquota de PIS e COFINS sobre receita	-	-	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	135	135
Imposto diferido sobre receita não faturada	38	51	-	89
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.407	14.972	135	20.514
Edifício / benfeitorias (realização)	(4.053)	(4.053)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(365)	(1.013)	-	(1.378)
Máquinas e equip. (realização)	(826)	(826)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(74)	(207)	-	(281)
Receita financeira não resgatada	(443)	(443)		
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(40)	(111)	-	(151)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / Cofins	Total
Estorno tributos provisionados ano anterior	(38)	(51)	(135)	(224)
Receita não faturada			2.885	
Alíquota de PIS e COFINS sobre receita	-	-	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	105	105
Imposto diferido sobre receita não faturada	32	57	-	89
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.922	13.647	105	18.674

17. Patrimônio líquido**17.1. Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é de R\$9.531, dividido em 53.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizadas, em moeda corrente do País e distribuídas entre os acionistas, conforme demonstrado:

Acionista	Ações	%	Valor
Itacolomi Participações S.A.	33.125	62,50%	5.957
Energética São Patrício S.A.	17.225	32,50%	3.098
NEC Operações e Participações Ltda.	2.650	5,00%	476
Total	53.000	100%	9.531

17.2. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido, conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

17.3. Distribuição de dividendos

No estatuto social de 03 de junho de 2015 foi definido a fixação dos dividendos obrigatórios em 90% do lucro contábil apurado em cada exercício, desde que haja caixa disponível para tanto.

Em 31 de julho de 2025 e 05 de dezembro de 2025, foram instaladas AGEs que deliberaram, sem quaisquer objeções, pela distribuição de dividendos nos montantes totais de R\$ 5.000, e R\$ 5.986, respectivamente e totalizando R\$ 10.986 durante o exercício de 2025 (R\$ 20.000 em 2024).

18. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
BEI Brasil Energia Inteligente Ltda.	-	-	-	95
Maynard Energética Ltda.	60	-	-	-
Nec Geração Energias Renováveis Ltda. (i)	-	-	1.324	-
Total	60	-	1.324	95
Ativo não circulante				
Maynard Energética Ltda.	-	30	-	-
Total	-	30	-	-
Passivo circulante				
NEC Energia Participações S.A.	-	-	-	302
BEI Brasil Energia Inteligente Ltda.	-	-	-	10
Total	-	-	-	312

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante				
NEC Energia Participações S.A.	-	-	-	17
Total	-	-	-	17
Rateio de despesas administrativas				
BEI - Brasil Energia Ltda. (ii)			(2.660)	(2.054)
NEC Energia Participações S.A. (iii)	-	-	(6.234)	(6.419)
Total	-	-	(8.894)	(8.473)

(i) O saldo de partes relacionadas em aberto com a “Nec Geração” refere-se a valores a receber decorrentes da comercialização de energia elétrica já realizada, cujos recebimentos não ocorreram até a data-base das demonstrações contábeis, em razão do prazo contratual de vencimento de 30 dias. Dessa forma, a liquidação dos referidos valores está prevista para o mês de janeiro, não havendo, até a presente data, indícios de inadimplência, necessidade de constituição de perdas esperadas ou contingências relevantes associadas a esses saldos.

(ii) Os valores referem ao reembolso de custos e despesas incorridos pela Companhia relacionados à operação e manutenção (O&M) das usinas do grupo prestados pela empresa da BEI. Esses reembolsos abrangem despesas com manutenção preventiva e corretiva, conservação dos ativos, planejamento estratégico e operação remota das usinas, assegurando a eficiência e a continuidade das operações do grupo.

(iii) Os valores tratam de rateio do compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, conforme critérios definidos pela administração.

19. Renuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

20. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de geração de energia (i)	15.522	35.585
Receita bruta de geração de energia <i>intercompany</i> (ii)	23.916	-
Receita não faturada	2.885	3.687
Vendas canceladas	-	(10)
Receita bruta	42.323	39.262
(-) ICMS (iii)	(861)	-
(-) PIS	(280)	(259)
(-) Cofins	(1.294)	(1.197)
(-) Impostos sobre receita não faturada	26	23
Deduções	(2.409)	(1.433)
Receita operacional líquida	39.914	37.829

(i) Em decorrência da reorganização do portfólio de contratos de compra e venda de energia no âmbito do Grupo, a controlada NEC Geração passou a concentrar parcela relevante dessas operações, anteriormente realizadas diretamente pelas geradoras. Essa centralização incluiu a gestão do déficit associado ao *Generation Scaling Factor* (GSF), bem como as aquisições de energia necessárias para o acesso à média móvel no ambiente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Como resultado dessa alteração operacional, observou-se aumento relevante nos volumes de compra e venda de energia registrados nas demonstrações contábeis da NEC Operações. Tal crescimento reflete exclusivamente a transferência e concentração das operações no nível da NEC Geração, não representando, contudo, alteração material no resultado econômico da Companhia, uma vez que as operações permaneceram estruturalmente equilibradas.

A centralização contribuiu para maior eficiência operacional, padronização dos processos de controle e racionalização da gestão contratual e dos riscos associados à exposição ao GSF e às variações do mercado de energia, reforçando o papel da NEC Geração como entidade responsável pela gestão integrada dessas operações no Grupo.

(ii) A rubrica “Receita bruta de geração de energia intercompany” refere-se às operações realizadas a partir de 2025, motivo pelo qual o saldo do exercício de 2024 encontra-se zerado. Nessas operações, a Maynard, na qualidade de empresa geradora, vende a energia elétrica à NEC Geração Energias Renováveis Ltda., que entrou em operação no exercício e tem como atividade principal a comercialização dessa energia no mercado, adquirida das empresas geradoras integrantes do mesmo grupo econômico. Tais transações foram realizadas em condições compatíveis com as praticadas no mercado e estão devidamente eliminadas nas demonstrações contábeis consolidadas, quando aplicável.

(iii) Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 13 (i).

21. Custos da energia gerada

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Compra de energia elétrica (i)	(3.820)	(8.026)
Encargos de uso da rede elétrica	(753)	(601)
Liquidação financeira CCEE (ii)	1.379	(78)
Manutenção de usinas	(2.997)	(2.205)
Custo com pessoal	(2.676)	(2.384)
Materiais, utilidades e serviços	(2.595)	(2.377)
Serviços de telecomunicação	(69)	(78)
Contingências	-	(29)
Custo com serviço de terceiros	(997)	(652)
Custo com depreciação e amortização	(4.629)	(4.555)
Total	(17.157)	(20.985)

(i) Em decorrência da reorganização do portfólio de contratos de compra e venda de energia no âmbito do Grupo, a controlada NEC Geração passou a concentrar parcela relevante dessas operações, anteriormente realizadas diretamente pelas geradoras. Essa centralização incluiu a gestão do déficit associado ao *Generation Scaling Factor* (GSF), bem como as aquisições de energia necessárias para o acesso à mídia móvel no ambiente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Como resultado dessa alteração operacional, observou-se aumento relevante nos volumes de compra e venda de energia registrados nas demonstrações financeiras da NEC Operações. Tal crescimento reflete exclusivamente a transferência e concentração das operações no nível da NEC Geração, não representando, contudo, alteração material no resultado econômico da Companhia, uma vez que as operações permaneceram estruturalmente equilibradas.

A centralização contribuiu para maior eficiência operacional, padronização dos processos de controle e racionalização da gestão contratual e dos riscos associados à exposição ao GSF e às variações do mercado de energia, reforçando o papel da NEC Geração como entidade responsável pela gestão integrada dessas operações no Grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Em 2025, houve um crédito de liquidação financeira. A liquidação financeira realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é o processo pelo qual os valores devidos pelas transações de compra e venda de energia elétrica são efetivamente pagos ou recebidos entre os agentes do setor elétrico, como geradores, distribuidores e consumidores. Esse processo envolve a compensação das diferenças entre as quantidades de energia contratadas e as efetivamente consumidas ou geradas, de acordo com as regras do mercado.

22. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rateio de despesas administrativas (i)	-	-	(6.234)	(6.419)
Serviços de terceiros	(15)	(59)	(321)	(652)
Utilidades e aluguéis administrativos	-	(74)	(133)	(194)
Créditos previdenciários	-	(3)	-	(3)
Viagens	-	-	-	(14)
Aluguel de veículos	-	-	-	(3)
Contingências	-	-	157	(40)
Total	(15)	(136)	(6.531)	(7.325)

(i) O rateio se trata de compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, para as empresas participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela administração.

23. Outras receitas e despesas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Venda de imobilizado (i)	-	10.311
Baixa de imobilizado (i)	-	(4.158)
Serviço de consultoria	(3)	(4)
Total	(3)	6.149

(i) Em 2024, a controlada concluiu a venda de 433,1377 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia - Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal - Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	4	5	1.242	1.385
Outras receitas financeiras	-	-	54	57
Total	4	5	1.296	1.442
Despesas financeiras				
IOF	-	-	(1)	(6)
Juros e multa	-	-	(3)	-
Outras despesas financeiras	-	(1)	(21)	(5)
Total	-	(1)	(25)	(11)
Resultado financeiro, líquido	4	4	1.271	1.431

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro presumido	1.873	2.586
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro real	-	(3)
Total	1.873	2.583

(a) Sociedades tributadas pelo lucro presumido

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de geração de energia	43.126	39.901
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido	3.450	3.192

Outras receitas	-	2.557
Rendimento de aplicações financeiras	1.674	1.504
Base de cálculo - Lucro presumido	5.124	7.253

Alíquota de 15%	769	1.088
Adicional de 10%	488	702
IRPJ - Corrente	1.257	1.790

Receita bruta de geração de energia	43.126	39.901
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido	5.175	4.788

Outras receitas	-	2.557
Rendimento de aplicações financeiras	1.674	1.504
Base de cálculo do IRPJ	6.849	8.849

Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	616	796

Imposto de renda e contribuição social - Corrente	1.873	2.586
--	--------------	--------------

(b) Sociedades tributadas pelo lucro real

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.824	9.068

Ajuste à despesa (receita) nominal		
Resultado de equivalência patrimonial	(15.716)	(14.486)
Mais-valia	4.879	5.286
Ajuste de provisões	13	132
Receita (despesa) nominal	-	-
Compensação de prejuízo (30%)	-	-
Receita (despesa) nominal ajustado	-	-

Imposto de renda 15%	-	-
Imposto de renda 10%	-	-
(-) PAT	-	-
Imposto de renda	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Contribuição social 9%	-	-
Estorno exercício anterior	-	(3)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	-	(3)

(c) Impostos diferidos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ diferido	1.331	1.365
CSLL diferido	483	492
Total	1.814	1.857

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	2.885	3.687
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido sobre receita não faturada	231	295

Alíquota de 15%	35	44
Adicional de 10%	23	5
IRPJ - Diferido	58	49
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido sobre receita não faturada	346	442
Alíquota	9%	9%

CSLL - Diferido	31	40
------------------------	-----------	-----------

Imposto de renda e contribuição social - Diferido	89	89
--	-----------	-----------

Estorno provisão ano anterior	(89)	(111)
-------------------------------	------	-------

IR e CSLL Diferido sobre Receita não faturada	-	(22)
--	----------	-------------

IRPJ e CSLL Diferido sobre receita financeira não resgatada	148	73
--	------------	-----------

Ajuste exercício anterior	7	9
----------------------------------	----------	----------

Amortização anual do imobilizado reavaliado	4.879	5.286
---	-------	-------

Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
-----------------------	-----	-----

IRPJ e CSLL Diferido sobre reavaliação de imobilizado	1.659	1.797
--	--------------	--------------

IRPJ e CSLL Diferido do exercício	1.814	1.857
--	--------------	--------------

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Cobertura de seguros

Seguro operacional

Em 15 de dezembro de 2025, foram prorrogadas a vigência da apólice do seguro para 13/02/2026. No dia 13/02/2026 o Seguro foi renovado com vigência até 13/02/2027, referente as coberturas de seguro para riscos operacionais definido pelo segurado e/ou ao Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG), nos termos das Condições Contratuais, o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a Prédios, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Equipamentos, Mercadorias, Matérias-Primas e Estruturas Cíveis próprias e/ou de terceiros, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que façam parte do Valor em Risco Declarado das Centrais Geradoras., com vigência até 15 de dezembro de 2025, no montante limite de R\$50.000 para as empresas co-seguradas do grupo **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynard Energética Ltda.; **(ix)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(x)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; **(xii)** Tríade Energias Renováveis Ltda.

Seguro de responsabilidade civil

Em 29 de novembro de 2025, foram prorrogadas a vigência da apólice do seguro para 15/02/2026. No dia 13/02/2026 o Seguro foi renovado com vigência até 13/02/2027, referente as coberturas de seguro para riscos de responsabilidade civil conforme as condições gerais, e em conformidade com as condições especiais e particulares convencionadas na apólice, assumindo o compromisso de garantir, até o limite máximo de indenização, ou, quando aplicável, até o sublimite, limite agregado, ou limite máximo de garantia, o pagamento das quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo segurado, nas reparações de danos materiais e/ou pessoais e/ou morais e/ou estéticos causados involuntariamente a terceiros, incluindo os custos de defesa e as despesas de salvamento e de contenção de sinistro, contanto que satisfeitas a todas as seguintes circunstâncias: **(i)** que as reparações e despesas acima aludidas sejam consequentes de riscos cobertos por este seguro, ocorridos durante a sua vigência, dentro do âmbito geográfico vinculado a cobertura correspondente, **(ii)** que as reclamações dos terceiros prejudicados tenham sido formalizadas durante a vigência da apólice, ou durante os prazos prescricionais em vigor; **(iii)** que o valor das reparações haja sido fixado por sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral irrecorrível, ou ainda, por acordo entre segurado e os terceiros prejudicados, com anuência prévia e expressa da Seguradora; **(iv)** que as despesas incorridas com salvamento e contenção de sinistro, sejam comprovadas, ou, na ausência de comprovantes, confirmadas por vistoria, avaliação ou perícia técnica da Seguradora e que decorram de riscos por ele cobertos com vigência até 29 de novembro de 2025 e montante limite de R\$ 9.000 para todas as empresas co-seguradas. **(i)** Brito Energética Ltda.; **(ii)** BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda.; **(iii)** GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; **(iv)** Pacífico Mascarenhas Ltda.; **(v)** Costa Rica Energética Ltda.; **(vi)** CEI – Energética Integrada Ltda.; **(vii)** Areal Energias Renováveis Ltda.; **(viii)** Maynard Energética Ltda.; **(ix)** Energia Limpa Participações Ltda.; **(x)** Rio Novo Energias Renováveis Ltda.; **(xi)** Rio Preto Energias Renováveis Ltda.; **(xii)** Triade Energias Renováveis Ltda.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consequentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

27. Instrumentos financeiros

27.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	14	42	5.137	9.367
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	2.885	3.687
Partes relacionadas	Custo amortizado	60	30	1.324	95
Total		74	72	9.346	13.149
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	15	13	1.425	4.977
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	329
Total		15	13	1.425	5.306

27.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco hidrológico e *Generation Scaling Factor* (GSF);
- Risco de não renovação das concessões;
- Risco regulatório;
- Risco socioambiental.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital do Grupo.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e de sua controlada. A Companhia e sua controlada, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e sua controlada caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria do Grupo de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

Contas a receber com clientes

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e sua controlada não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e sua controlada é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para o Grupo.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Risco hidrológico e Generation Scaling Factor (GSF)

A geração de energia elétrica da Companhia e sua controlada depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico da Companhia e sua controlada participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias físicas, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

vi) Risco de não renovação das concessões

O Grupo detém a autorização da Usinas de Fumaça e Furquim, cujo vencimento se dá em 12 de dezembro de 2034 e 26 de junho de 2035, respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

vii) Risco regulatório

O setor elétrico brasileiro está sujeito a um ambiente regulatório dinâmico, caracterizado por revisões normativas frequentes e por processos de modernização do marco legal. Nesse contexto, a conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025 na Lei nº 15.269/2025 introduziu diretrizes relevantes para a reorganização do setor elétrico nacional, incluindo aspectos relacionados à abertura do mercado de energia elétrica, à alocação de encargos setoriais, ao tratamento da geração distribuída, da autoprodução, da geração renovável e ao gerenciamento da operação do sistema.

Embora a referida lei tenha mantido parte substancial das regras anteriormente vigentes, especialmente no que se refere aos regimes de transição aplicáveis à geração distribuída estabelecidos pela Lei nº 14.300/2022, o novo marco regulatório reforça discussões estruturais sobre a sustentabilidade econômico-financeira do setor, a repartição dos custos do sistema elétrico, o uso da infraestrutura de rede e os mecanismos de segurança operativa. Parte relevante de seus dispositivos depende ainda de regulamentação específica por parte de órgãos reguladores e setoriais, como a ANEEL, o Ministério de Minas e Energia e a CCEE, o que pode resultar em alterações adicionais nas regras atualmente aplicáveis.

Nesse cenário, permanecem incertezas quanto a eventuais mudanças futuras nos critérios de compensação de energia elétrica, nos requisitos para caracterização de autoprodução, nas condições de contratação e comercialização de energia, bem como na possibilidade de limitações operacionais à geração, inclusive em situações de restrição do sistema elétrico. Adicionalmente, poderão ser requeridos investimentos adicionais para adequação técnica, operacional ou regulatória dos ativos, a depender da evolução normativa e regulatória.

O Grupo monitora continuamente os desdobramentos relacionados à Lei nº 15.269/2025 e aos atos infralegais dela decorrentes, avaliando seus potenciais impactos sobre suas operações, fluxos de caixa e posição patrimonial. Até a data-base das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não foram identificados efeitos materiais imediatos decorrentes da referida lei. Eventuais modificações futuras a serem realizadas na normativa vigente, em decorrência do trâmite regulatório, que possam impactar o desempenho operacional e financeiro do Grupo serão devidamente observados, contudo, neste momento, não é possível mensurar de forma precisa os efeitos decorrentes de tais alterações.

viii) Risco socioambiental

O Grupo está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

O Grupo realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

O Grupo considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

28. Eventos subsequentes

O Grupo adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2025 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requerem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Romero Machado Ferreira

Romero Machado Ferreira

Diretor Presidente

CPF: 036.389.146-31

Adil Chenaf

Adil Chenaf

Diretor

CPF: 243.285.388-10

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54

* * * * *